

efachetti@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Eduardo Fachetti



Sobre nota publicada neste espaço sábado, a assessoria da senadora Rose de Freitas garante que ela só mencionou "Cachoeira do Itapemirim" por erro de digitação de auxiliares.

Mais uma batalha para Casagrande

Sete meses após protagonizar uma dura cruzada de convencimento da Assembleia Legislativa, para ter suas contas referentes ao ano de 2013 aprovadas, o ex-governador Renato Casagrande se vê, de novo, jogado no olho de um furacão que envolve números de seu governo. Mas agora a dificuldade reside no Tribunal de Contas do Estado, que tem em mãos um parecer do Ministério Público de Contas sugerindo o adiamento da análise das contas de 2014 ou, em caso de votação imediata, rejeição dos números do fim do governo passado.

Por si só, o entendimento do MP de Contas, assinado pelo procurador Heron Carlos de Oliveira, já leva nuvens carregadas para o céu de Casagrande, que não apenas está na planície como amarga meses de desconstrução de imagem, desde que o governador Paulo Hartung chegou ao Palácio Anchieta.

Se em dezembro passado, com o poder da caneta na mão, o socialista teve que gastar saliva para não ser punido pelos deputados com a rejeição nas contas – quando, na etapa anterior, o TCES as tinha aprovado –, fica difícil imaginar que agora vá ser diferente. Todavia, há um detalhe: com relação às contas de 2014, a área técnica do tribunal concluiu que os dados “coadunam integralmente com disposições constitucionais ou legais” e que, portanto, é recomendável a aprovação das contas do ex-governador.

Ao todo, 14 auditores de controle externo analisaram demonstrativos finan-

ceiros formulados pelo governo, demonstrativos contábeis do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Estado (Sigefes) e relatórios de fiscalizações feitas pelo próprio TCES nas contas de Casagrande ao longo do ano passado. Só depois disso houve entendimento pela regularidade, sem ressalvas.

Isso torna curiosa a argumentação do procurador de Contas, sobretudo porque ele contradiz a área técnica quanto à aplicação legal de recursos na Educação e lança suspeitas sobre dados que não teriam sido validados pela Secretaria de Controle e Transparência em 2014.

Além disso, Heron, ao sugerir o adiamento do julgamento, atende a um pedido do deputado Euclério Sampaio para que os conselheiros só se manifestem

A Assembleia Legislativa rejeitou o pedido do deputado Bruno Lamas para estender o prazo da comissão especial que averigua obras do estádio Kleber Andrade e do projeto “Campo Bom de Bola”

CENA POLÍTICA

Em recente bate-papo com jornalistas, o deputado Hércules Silveira contava que, há cerca de seis anos, comprou do ex-deputado Camilo Cola sementes de palmeira vindas do Sri Lanka, e que elas só darão frutos aos 70 anos. “Eu disse à mi-

nhá mulher: vou colher os frutos delas no pé”, disse o peemedebista, de 76 anos. Depois, ele continuou: “Aí minha mulher disse: ‘E você vai viver tanto assim?’”. Respondi: “Eu vou, se você não quiser, pode morrer”. Cruzes!

após a conclusão da CPI dos Empenhos – que, diga-se de passagem, é feita sob medida para constranger Casagrande. As contas do ex-governador entram em pauta daqui a dois dias, tempo que pode ser uma eternidade para as partes envolvidas. Sem ignorar que Euclério, relator da CPI, é adversário de Casagrande, e que durante muitos anos o colegiado de Contas flertou com paixões políticas para embasar decisões, vislumbra-se um cenário de alta voltagem.



Quarteto na Câmara

Foi longa a conversa do deputado federal Lelo Coimbra, pré-candidato a prefeito de Vitória, ontem, com o presidente da Câmara Municipal, Namy Chequer, e com os vereadores Zezito Maio e Wanderson Marinho – estes últimos, críticos contumazes da administração de Luciano Rezende.

Mas calma!

Segundo Lelo, o café da manhã teve objetivo de articular, com Namy, um documento conjunto – assinado por todos os vereadores – a ser encaminhado à bancada federal do PCdoB pedindo a derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei que alivia a cobrança de taxa de Marinha em Vitória.

Cruzou a ponte

O governador Paulo Hartung se livrou da Terceira Ponte. Após anos em Vila Velha, ele se mudou para o coração da Praia do Canto, em Vitória.

Sucupira é aqui?

A metralhadora giratória do deputado Sérgio Majeski não para: a última dele foi comparar o Estado à fictícia cidade de Sucupira, da novela “O Bem Amado”, de Dias Gomes. Como se sabe, na obra o prefeito Odorico Paraguaçu priorizou a construção de um cemitério, mas depois de pronta sua promessa, ninguém morria.

Continua...

A razão da comparação foi a seguinte, segundo Majeski: “O governo e a Sedu andam implorando para que professores e alunos se inscrevam na primeira ‘Escola Viva’”.

DECISÃO JUDICIAL

Tribunal mantém eleição da Câmara da Serra

Vereadores pediram a suspensão da escolha da Mesa Diretora, mas o recurso foi negado

A eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal da Serra, que levou a vereadora Neidia Maura Pimentel à presidência, foi mantida ontem por decisão da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). A eleição foi realizada em junho do ano passado. Os integrantes da Mesa tomaram posse em janeiro de 2015.

O desembargador relator do recurso, Manoel Al-



Neidia é presidente da Casa desde janeiro deste ano

ves Rabelo, confirmou, ao negar um pedido do próprio Legislativo, a decisão de primeiro grau que con-

siderou improcedente o pedido de liminar – decisão provisória –, para suspender a eleição de junho.

A escolha da Mesa Diretora ocorreu em meio a muita confusão. Antes marcada para dezembro do ano passado, a votação foi antecipada para junho. Depois a antecipação foi contestada na Justiça e tentou-se fazer nova eleição em dezembro, que não ocorreu também por decisão judicial. O vereador Aldair Xavier (PTB) chegou a tirar a camisa em plenário contra a intenção de se fazer um novo pleito.

ASSUNTO INTERNO

Em seu voto, o relator concluiu que eleição de Mesa Diretora é assunto interno da Câmara, cabendo interferência da Justiça apenas em casos de flagrante ilegalidade. O desembargador foi acompanhado à unanimidade pelos colegas.

REFORMA POLÍTICA

Comissão muda regra de pesquisas

Senadores também querem proibir pesquisas eleitorais na véspera das eleições

A comissão especial do Senado que discute a reforma política aprovou, ontem, cinco novos projetos. Um deles proíbe veículos de imprensa de contratar institutos de pesquisa que prestam ou prestaram serviços, nos 12 meses antes da eleição, a partidos políticos, candidatos, governos ou órgãos do Legislativo.

Diante do apelo dos senadores, o relator da co-

missão, senador Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que vai apresentar hoje uma PEC para proibir a divulgação de pesquisas na véspera das eleições.

A princípio, o peemedebista afirmou que precisaria de mais tempo para formular um projeto nesse sentido porque esse tema era delicado, já que os institutos poderiam entrar na Justiça para reverter a situação.

Os senadores, porém, defenderam que os levantamentos influenciavam no resultado do pleito e que a comissão tinha o dever de discutir esse assunto.